



O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM RELAÇÃO AO ALUNO DO PROEJA

BAIER, Jefferson¹; PERANZONI, Vaneza Cauduro²

Palavras-Chave: Inclusão. Emancipação. Trajetória. Cidadania.

O presente estudo tem a intenção de esclarecimento acerca do papel dos institutos federais na aplicação de uma política pública voltada para uma parcela da população que não teve seu tempo de escolarização desenvolvido na época considerada certa. A metodologia utilizada para a realização desse estudo foi através de uma análise dos documentos base do PROEJA, Legislações Complementares e a Lei de Criação dos Institutos Federais entrelaçada com referenciais bibliográficos estudados na disciplina de Desenvolvimento Humano e suas Interfaces na Sociedade Contemporânea. Desde a Constituição Federal de 1988, passando pela LDB de 1996, já estava previsto uma educação assegurada para todos, somente a partir do Decreto nº 5.840/2006, institui-se o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Para cumprimento do referido decreto, foi determinado que as instituições federais de educação profissional deveriam implantar cursos e programas regulares do PROEJA até 2007, sendo que já em 2006, destinar dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tendo como referência a quantidade de matrículas no ano anterior, ampliando essas vagas a partir do ano de 2007. A oferta de cursos profissionalizantes na modalidade PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos com foco voltado para a promoção do desenvolvimento regional, visando promover a inclusão social e levando em conta as identidades, peculiaridades e interações de cada região conta com os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, no âmbito das atuais políticas educacionais brasileiras, que tem por finalidade a construção de uma nação soberana e democrática, atendendo, principalmente, aos programas governamentais de formação profissional. Esta modalidade busca promover o combate às desigualdades estruturais pela oferta de ensino diferenciado que objetiva o resgate de uma parcela da sociedade alijada dos meios acadêmicos em seu tempo normal. Com isso, a igualdade, a liberdade e a cidadania são conhecidos como princípios emancipatórios da vida em sociedade e, essa modalidade de ensino nos faz ver a educação por um novo paradigma, passando da busca por um profissionalismo para uma nova visão da convivência humana, reconhecendo os saberes que o aluno traz da sua trajetória além dos bancos escolares.

¹ Mestrando do 1º semestre do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta (jeffersonbaier@gmail.com);

² Professora da disciplina de Desenvolvimento Humano e suas Interfaces na Sociedade Contemporânea da Universidade de Cruz Alta (vaneza.cauduro@terra.com.br).